



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**LEI N.º 2500/2021 de 20.12.2021**

*Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bom Retiro para o Exercício de 2022.*

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a despesa consolidada do Município de Bom Retiro para o exercício de 2022 em **R\$ 33.791.740,00 (Trinta e três milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta reais)**, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, bem como, dos Fundos mantidos pelo Poder Executivo Municipal.

**DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

**Art. 2º** O Orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Bom Retiro para o exercício de 2022 estima a Receita em **R\$ 33.791.740,00 (Trinta e três milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta reais)**, fixa a Despesa em **R\$ 33.791.740,00 (Trinta e três milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta reais)**, e estabelece as Transferências Financeiras aos Fundos municipais do município e à Câmara Municipal em **R\$ 9.722.000,00 (Nove milhões, setecentos e vinte e dois mil reais)**.

**§ 1º** A Receita a que se refere o artigo 2º deste Projeto de Lei será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>37.860.630,00</b>
1.1 Receita Tributária	R\$	5.644.460,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$	450.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$	137.000,00
1.4 Receita Agropecuária	R\$	0,00
1.5 Receita de Serviços	R\$	744.230,00
1.6 Transferências Correntes	R\$	30.422.440,00
1.7 Outras Receitas Correntes	R\$	462.500,00
9.0 Deduções da Receita Corrente	R\$	(4.068.890,00)
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
2.1 Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 Transferências de Capital	R\$	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>33.791.740,00</b>

§ 2º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	660.000,00
03 - SECR. MUN. DE ADM. E FAZENDA	R\$	2.592.715,00
04 - SECR. MUN. DE EDUC.CULT.E ESPORTE	R\$	10.704.525,00
05 - SECR. MUN. BEM ESTAR SOCIAL	R\$	0,00
06 - SECR. MUN. AGRIC. E MEIO AMBIENTE	R\$	1.435.400,00
07 - SECR. MUN. TRANSP., OBR.E SERV.URB.	R\$	4.598.200,00
08 - SECR. MUN. IND. COM. E TURISMO	R\$	738.900,00
09 - FUNDO REEQ.CORPO BOMBEIROS MIL.	R\$	250.000,00
13 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO	R\$	250.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$</b>	<b>21.279.740,00</b>

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>19.184.540,00</b>
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	10.352.000,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	20.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	8.812.540,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.045.200,00</b>
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	1.845.200,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	200.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	R\$	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>21.279.740,00</b>

**DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ORÇAMENTO DA RECEITA DA ADM.DIRETA	R\$	31.001.740,00
ORÇAMENTO DA DESPESA DA ADM.DIRETA	R\$	21.229.740,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (F.M.A.S.)	R\$	2.240.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (F.M.S.)	R\$	6.058.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (F.I.A.)	R\$	24.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (CÂMARA MUNICIPAL)	R\$	1.400.000,00

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	257.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO)	R\$	2.240.000,00
ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	<b>2.497.000,00</b>

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.497.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$</b>	<b>2.497.000,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>2.340.000,00</b>
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	790.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	1.550.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>157.000,00</b>
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	157.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.497.000,00</b>

***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE***

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	2.521.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO)	R\$	6.058.000,00
ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	<b>8.579.000,00</b>

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 – SAÚDE	R\$	8.579.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$</b>	<b>8.579.000,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>8.460.000,00</b>
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	4.051.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	4.409.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>118.200,00</b>
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	119.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>8.579.000,00</b>

***FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA***

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA	R\$	12.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO)	R\$	24.000,00
ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA	R\$	36.000,00

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	36.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$</b>	<b>36.000,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>36.000,00</b>
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	36.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>36.000,00</b>

***CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES***

ORÇ. DA RECEITA CÂMARA MUNICIPAL	R\$	0,00
TRANSF. FINANCEIRAS (MUNICÍPIO)	R\$	1.400.000,00
ORÇ. DA DESPESA CÂMARA MUN. VEREADORES	R\$	1.400.000,00

### **I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – LEGISLATIVA	R\$	1.400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.400.000,00</b>

### **II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>1.375.000,00</b>
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	1.000.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	375.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>25.000,00</b>
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	25.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.400.000,00</b>

**Art. 3º** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO**

I – Passivos Contingentes	R\$	25.000,00
II – Intempéries	R\$	25.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>50.000,00</b>

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ficando este autorizado a abrir crédito suplementar por conta destes recursos, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 01/12/2022 os riscos relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2023 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

**Art. 4º** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, bem como, suplementar de uma categoria de programação para outra, em até 15% do orçamento do município, através de decreto, e os 85% restantes, se necessário, através de lei específica.

**Art. 5º** O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento consolidado do município, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – superávit financeiro do exercício anterior.
- III - Produto de operação de crédito autorizadas em Lei específica.

**Parágrafo único.** Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 6º** As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com o governo estadual, federal e suas entidades, e os recursos oriundos destes convênios com destinação específica não previstos no orçamento, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º** As receitas de realização extraordinária oriundas de operações de crédito, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 9º** Durante o exercício de 2022 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, através de lei específica.

**Art. 10.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive cessão de servidor destinado a prestação de serviço em cartório eleitoral quando requisitado por juiz da comarca do município. (Prejulgado 1364 TCE/SC)

**Art. 11.** O remanejamento das previsões com fins específicos em relação as fontes de recursos ordinários e vinculados das destinações de recursos (DR), conforme Portaria STN, caracterizada pela tabela de IDUSO e Grupo de Fontes de Recurso, dar-se-á por ato do poder executivo conforme ingresso dos recursos e sua respectiva vinculação.

**Art. 12.** As alterações efetuadas na LDO/2022 e PPA 2022 – 2025 aprovadas nos anexos desta lei, modificam os mesmos instrumentos de planejamento.

**Art. 13.** A presente Lei vigorará durante o exercício de 2022, a partir de 1º de janeiro, revogando a Lei 2465 de 15 de dezembro de 2020.

Bom Retiro/SC, 20 de dezembro de 2021



ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

  
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**PUBLICADO**  
Data: 20 / 12 / 21  
à 27 / 12 / 21  
Sec. Municipal de Administração e Fazenda  
Resp.: 